

Prosegur Activa Alarmes S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700, Fax +55 (31) 2128-5702
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Prosegur Activa Alarmes S.A.
São Paulo - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Prosegur Activa Alarmes S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Prosegur Activa Alarmes S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na nota explicativa nº 18, o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 apresentava o montante de R\$ 15.538 mil referente ao imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social para o qual, a administração não havia elaborado à época, análise da geração de lucros tributáveis futuros para comprovar a realização desse montante. Em decorrência desse assunto, naquela data, não foi possível concluir se teria havido necessidade de efetuar ajustes em relação ao saldo de tributos diferidos ativo, bem como nos demais elementos das demonstrações financeiras. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, considerando que a Companhia continua a apresentar prejuízos recorrentes e não há expectativa válida para a geração de lucros tributáveis futuros, a Companhia reconheceu a baixa integral do saldo dos tributos diferidos ativo para o resultado do exercício corrente, no montante de R\$ 15.538 mil. Devido a ausência de análise da realização desses créditos no exercício de 2015, não foi possível determinar qual seria o efeito dessa baixa em relação às demonstrações do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e aos respectivos valores correspondentes.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas



na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

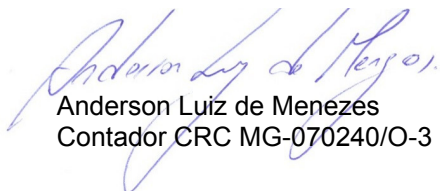


- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 02 de maio de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Anderson Luiz de Menezes
Contador CRC MG-070240/O-3

Prosegur Activa Alarmes S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2016	2015	Passivos	Nota	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	5	76	669	Fornecedores		275	1.658
Clientes	6	191	1.295	Salários e encargos sociais		215	2.995
Impostos a recuperar	7	35	1.282	Impostos e contribuições		282	433
Estoques		-	1.207	Obrigações por compra de participações	12	3.086	2.707
Contas a receber por venda de carteira	8	3.564	-	Outros passivos circulantes		22	56
Outros ativos		1	89				
Total do ativo circulante		3.867	4.542	Total do passivo circulante		3.880	7.849
Impostos diferidos	19	-	15.538	Impostos e contribuições a recolher		1.337	1.456
Depósitos judiciais	9	555	1.472	Obrigações por compra de participações	12	-	2.707
Crédito com partes relacionadas	20	26	22.485	Débitos com partes relacionadas	20	6.484	29.003
Contas a receber por venda de carteira	8	578	-	Provisões	11	2.809	2.926
Total do ativo realizável a longo prazo		1.159	39.495	Total do passivo não circulante		10.630	36.092
Imobilizado		-	523	Patrimônio Líquido			
Intangível	10	-	10.126	Capital social integralizado	13	830	830
Total do ativo não circulante		1.159	50.144	Reserva de capital	13	5.688	5.688
				Outros resultados abrangentes	13	4.219	4.227
				Prejuízos acumulados		(20.221)	-
				Total do patrimônio líquido		(9.484)	10.745
				Total do passivo		14.510	43.941
Total do ativo		5.026	54.686	Total do passivo e patrimônio líquido		5.026	54.686

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Prosegur Activa Alarmes S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
Receita líquida	15	7.400	16.262
Custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos	16	(6.009)	(13.796)
Lucro bruto		1.391	2.466
Despesas comerciais	16	(1.790)	(6.849)
Despesas gerais e administrativas	16	(8.411)	(21.615)
Resultado de equivalência patrimonial		-	1.635
Outras receitas (despesas) operacionais	17	5.294	(2)
Resultado antes das despesas (receitas) financeiras líquidas e impostos		(3.516)	(24.365)
Despesas financeiras	18	(1.719)	(2.159)
Receitas financeiras	18	595	1.485
Despesas financeiras líquidas		(1.124)	(674)
Prejuízos antes dos impostos		(4.640)	(25.039)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	19	(15.581)	8.415
Lucros/(Prejuízos) do exercício		(20.221)	(16.624)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Prosegur Activa Alarmes S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2016	2015
Prejuízo do exercício	(20.221)	(16.624)
Itens que nunca serão reclassificados para o resultado		
Remuneração do passivo de benefício definido	<u>(8)</u>	<u>(43)</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>(20.229)</u></u>	<u><u>(16.667)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Prosegur Activa Alarmes S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Reserva de capital		Reservas de lucros				
	Capital Social Integralizado	Ágio na emissão de ações	Legal	Lucros / Prejuízos Retidos	Outros resultados abrangentes	Lucros / Prejuízos Acumulados	Totais
Saldos em 01 de janeiro de 2015	830	104.555	10	1.714	4.270	-	111.379
Total de resultados abrangentes do período							
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	(16.624)	(16.624)
Remensuração do passivo de benefício definido	-	-	-	-	(43)	-	(43)
Transações com acionistas							
Resgate de ações	-	(83.967)	-	-	-	-	(83.967)
Absorção de prejuízo	-	(14.900)	(10)	(1.714)	-	16.624	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	830	5.688	-	-	4.227	-	10.745
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	(20.221)	(20.221)
Remensuração do passivo de benefício definido	-	-	-	-	(8)	-	(8)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	830	5.688	-	-	4.219	(20.221)	(9.484)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Prosegur Activa Alarmes S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo (Lucro) do exercício		(20.221)	(16.624)
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	16	887	1.933
Perda esperada para crédito com liquidação duvidosa	6	385	2.105
Provisão para contingências		2.054	(1.550)
Impostos diferidos	19	15.538	(8.439)
Provisão para obsolescência dos estoques	16	(520)	47
Perda no intangível (Impairment)	10	-	8.582
Equivalência patrimonial		-	(1.635)
		(1.877)	(15.581)
(Aumento) redução de ativos			
Contas a receber de clientes		719	(330)
Impostos a recuperar		1.247	909
Estoques		1.727	(342)
Outros ativos		922	(544)
Aumento (redução) de passivos			
Fornecedores		(1.383)	(508)
Impostos e contribuições		492	989
Salários e encargos sociais		(2.780)	1.370
Juros pagos		(894)	-
Impostos pagos		(1.042)	-
Pagamento de processos judiciais		(2.171)	-
Outros passivos		47	2.321
		(4.993)	(11.716)
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais			
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de imobilizado e intangível		(8)	(731)
Alienações de ativo imobilizado		(5.109)	-
Venda da carteira de clientes	8	10.731	-
Pagamento de obrigações por compra de participações		(1.154)	(2.700)
		4.460	(3.431)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento (ingresso) de mútuos entre partes relacionadas, líquido		(60)	12.088
		(60)	12.088
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento			
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa			
		(593)	(3.059)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		669	3.728
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		76	669
		(593)	(3.059)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Prosegur Activa Alarmes S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Av. Ermano Marchetti, 1.435, Bairro da Lapa, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, constituída em 02 de julho de 2009, sob a forma societária de empresa limitada, tendo sido transformada em sociedade anônima de capital fechado em 12 de fevereiro de 2012.

A Companhia tem como objeto social a instalação e manutenção de equipamentos, dispositivos, alarmes e sistemas de segurança eletrônica; exploração de centrais de monitoramento eletrônico para recepção, verificação e transmissão de sinais de alarme, e sua comunicação às forças e corpos de segurança públicos; prestação de serviços de pronta resposta, no atendimento de chamados de acionamento de alarmes de demais sistemas de segurança. Atualmente possui 10 filiais distribuídas em 10 Estados do Brasil, contando com um efetivo de 11 colaboradores (162 em 2015).

Durante o exercício de 2016, foi vendida a carteira de clientes e ativos relacionados a prestação de serviços a tais clientes. Em função desta operação, houve uma desmobilização e redução significativa das atividades da Companhia. No momento, os acionistas prospectam a viabilidade de novos negócios para Companhia. Ainda que as atividades estejam suspensas, estas demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade operacional, considerando a capacidade da Companhia de desenvolver novos negócios no segmento em que atuou até o exercício de 2016. Adicionalmente, eventuais necessidades de recursos serão imediatamente atendidas por aportes da controladora.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Diretoria da Companhia em 28 de março de 2017.

Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na nota explicativa 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e reconhecidas prospectivamente.

(i) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações que envolvem risco significativo de resultar em ajuste material no exercício de 2016, em função das incertezas sobre premissas e estimativas, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 6** - premissa sobre a mensuração das perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa;
- **Nota explicativa 11** - reconhecimento e mensuração de provisões contingenciais;
- **Nota explicativa 19** - premissas sobre a mensuração dos impostos diferidos.

Mensuração do valor justo

Algumas das políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa 14.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nos períodos apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto nos casos indicados em contrário.

a. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos na data em que foram originados. Os demais ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação onde todos os riscos e benefícios da sua titularidade já não lhe pertencem. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial apenas quando houver o direito legal de compensar os valores e exista a intenção de liquidá-lo ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem: caixa, contas a receber de clientes, contas a receber por venda de carteira e créditos com partes relacionadas.

Caixa e equivalentes de caixa

Equivalentes de caixa abrangem saldos de investimentos financeiros com vencimento original de, no máximo, três meses a partir da data da contratação, sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(ii) *Passivos financeiros não derivativos*

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Suas baixas são realizadas quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: mútuos com partes relacionadas limite de cheque especial bancário, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

b. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. A perda no seu valor recuperável é reconhecida se ocorrer algum evento que tenha efeito negativo mensurável nos fluxos de caixa futuros.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o atraso ou não pagamento por parte do devedor, a negociação de condições que a mesma não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individual como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente, são avaliados coletivamente, com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Na avaliação coletiva da perda por redução ao valor recuperável, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados pela avaliação da Administração das condições econômicas e de crédito atuais.

Uma redução do valor recuperável de um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação quanto a sua recuperabilidade. Caso haja algum indicativo de perda, um novo valor para o ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes, através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida, caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado as mesmas e, se ainda houver perda remanescente, o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs é reduzido em uma base *pro-rata* em contrapartida do resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é passível de reversão. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada apresentação das demonstrações financeiras. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida quando existe mudança nas estimativas usadas equando o valor contábil do ativo não excede o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização e sem considerar a perda de valor reconhecida.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de um ativo, tais como custo de materiais, mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre o valor de venda e o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de Outras Receitas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido pelo valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente

fluirão para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado na medida em que incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, deduzido do valor residual. Ela é reconhecida no resultado pelo método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais se aproxima do padrão de consumo de benefícios econômicos futuros gerados pelo uso do ativo.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Ativos intangíveis

(i) Ágio

O ágio resultante na aquisição de controladas (já incorporadas) é incluído nos ativos intangíveis.

Mensuração subsequentes

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

(ii) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

(iii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam.

(iv) Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear e vidas úteis estimadas, exceto ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. A Companhia entende que este método é o melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

e. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado pelo custo médio.

f. Provisões

As provisões são reconhecidas quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

g. Receita operacional

(i) Serviços

A receita da Companhia é reconhecida quando ocorre a efetiva transferência de riscos e benefícios, tendo como base mensal a etapa de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço, de forma que as receitas se contraponham aos custos na competência adequada.

h. Benefícios a empregados

(i) Planos de benefício definido

A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos.

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado, sendo utilizado o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis. Quando a obrigação de plano de benefício definido resulta em um potencial passivo, o mesmo é reconhecido no grupo contábil de Provisões, no passivo não circulante.

Remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em Outros Resultados Abrangentes (ORA). A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período multiplicando o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido pela taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido, ambos conforme determinação no início do período a que se referem as demonstrações financeiras e considerando quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos em resultado.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia reconhece ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre.

i. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros e ganhos nas aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As distribuições de dividendos recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são contabilizados no resultado, através do método de juros efetivos.

j. Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira não são convertidos.

k. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. Esses são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. As exceções no seu reconhecimento são para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às reversões das diferenças temporárias, baseando-se nas leis vigentes até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados se houver um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionarem a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando for provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. Em 2016, a companhia desreconheceu o montante em sua totalidade na rubrica de Impostos diferidos.

4 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercício de 2017 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Dessa forma, a adoção antecipada das mesmas não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo:

IFRS 9 *Financial Instruments* (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras da Companhia em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Companhia detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Companhia fará no futuro. A nova norma exigirá que a Companhia revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros e essas alterações ainda não estão finalizadas. No entanto, a Companhia realizou uma avaliação preliminar do potencial impacto da adoção da IFRS 9 com base em sua posição em 31 de dezembro de 2016 e nas relações de hedge identificadas em 2016 no âmbito da IAS 39.

IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers* (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Caixa	-	11
Bancos conta movimento	<u>76</u>	<u>658</u>
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração dos fluxos de caixa	<u>76</u>	<u>669</u>

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 14. Os saldos de caixa e bancos, que compreendem basicamente saldos em conta-corrente, foram classificados como empréstimos e recebíveis.

6 Clientes

	2016	2015
Clientes	4.793	6.280
Contas a receber de partes relacionadas	-	2
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	<u>(4.602)</u>	<u>(4.987)</u>
Total contas a receber de clientes	<u>191</u>	<u>1.295</u>

A composição de Clientes, por vencimento, está demonstrada abaixo:

	2016	2015
A vencer	17	114
1 a 30 dias	231	325
31 a 60 dias	12	182
61 a 90 dias	12	140
91 a 180 dias	92	532
Mais de 181 dias	4.429	4.989
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	<u>(4.602)</u>	<u>(4.987)</u>
Total	<u>191</u>	<u>1.295</u>

A movimentação na perda esperada para créditos de liquidação duvidosa foi:

Saldo em 31/12/15	(4.987)
Créditos provisionados no exercício	(1.031)
Baixas definitivas de títulos	<u>1.416</u>
Saldo em 31/12/16	<u>(4.602)</u>

	2016	2015
Saldo em 1º de janeiro	(4.987)	(6.866)
Créditos provisionados no exercício	(1.031)	(2.105)
Baixas definitivas de títulos	<u>1.416</u>	<u>3.984</u>
Saldos em 31 de dezembro	<u>(4.602)</u>	<u>(4.987)</u>

A despesa com a constituição da provisão para perda esperadas em créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica “Despesas comerciais” na demonstração do resultado do exercício. Quando não existe expectativa de recuperação do montante provisionado, os valores são baixados definitivamente.

7 Impostos a recuperar

Natureza dos impostos recuperáveis	2016	2015
Impostos sob faturamento	33	122
IRPJ e CSLL a recuperar	<u>2</u>	<u>1.160</u>
Total dos impostos a recuperar	<u>35</u>	<u>1.282</u>

8 Contas a receber por venda de carteira

Em Julho de 2016, a Companhia efetuou a venda da carteira de clientes e ativos relacionados com os serviços de monitoramento de alarmes ou CFTV. O preço de venda na totalidade dos ativos e das conexões (carteira de clientes) foi de R\$ 14.873, sendo R\$ 9.668 pagos no ato da assinatura do contrato e parcelas no montante de R\$ 1.063 até o período findo em 31 de dezembro de 2016, sendo o restante do valor de R\$ 4.142 a ser pago em mais 14 parcelas mensais nos meses subsequentes. Dessa forma, a Companhia creditou os ativos intangíveis, e o ganho foi registrado na rubrica de “Outras receitas (despesas) operacionais”.

A transação da venda de carteira está demonstrada abaixo:

	2016
Valor da transação	14.873
(-) Baixa de intangível (itens vendidos na transação)	<u>(8.290)</u>
Ganho na operação	<u><u>6.583</u></u>

9 Depósitos judiciais

Por exigência legal ou apresentação de garantias, são efetuados eventualmente depósitos judiciais para assegurar a continuidade dos processos em discussão. Tais depósitos podem ser exigidos para os processos, cuja probabilidade de perda foi fundamentada na opinião dos assessores jurídicos.

Natureza dos processos	2016	2015
Cíveis	9	14
Trabalhistas	439	1.116
Tributários	<u>107</u>	<u>342</u>
Total dos depósitos judiciais	<u><u>555</u></u>	<u><u>1.472</u></u>

10 Intangível

Custo do intangível bruto	Carteira de clientes	Fundo de comércio	Licença de uso de software	Marcas, direitos e patentes	Desenv. de informática	Acordo não competitivo	Total
Saldos em 31/12/2014	10.958	8.993	1.709	1.684	16	389	23.749
Adições	-	-	15	-	80	-	95
Baixas	<u>(1.179)</u>	<u>(7.325)</u>	<u>-</u>	<u>(137)</u>	<u>-</u>	<u>(49)</u>	<u>(8.690)</u>
Saldos em 31/12/2015	9.779	1.668	1.724	1.547	96	340	15.154
Adições	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	<u>(9.779)</u>	<u>(1.668)</u>	<u>(1.724)</u>	<u>(1.547)</u>	<u>(96)</u>	<u>(340)</u>	<u>(15.154)</u>
Saldos em 31/12/2016	-	-	-	-	-	-	-
Amortização Acumulada	Carteira de clientes	Fundo de comércio	Licença de uso de software	Marcas, direitos e patentes	Desenv. de informática	Acordo não competitivo	Total
Saldos em 31/12/2014	(2.267)	-	(152)	(1.193)	-	(221)	(3.833)
Amortização (i)	<u>(510)</u>	<u>-</u>	<u>(343)</u>	<u>(290)</u>	<u>-</u>	<u>(52)</u>	<u>(1.195)</u>
Saldos em 31/12/2015	(2.777)	-	(495)	(1.483)	-	(273)	(5.028)
Amortização (i)	<u>(423)</u>	<u>-</u>	<u>(234)</u>	<u>(64)</u>	<u>-</u>	<u>(42)</u>	<u>(763)</u>
Baixa	<u>3.200</u>	<u>-</u>	<u>729</u>	<u>1.547</u>	<u>-</u>	<u>315</u>	<u>5.791</u>
Saldos em 31/12/2016	-	-	-	-	-	-	-
Taxas anuais de amortização (%)	5 a 20	-	20	25 a 33	-	20	
Intangível líquido							
Saldos em 31/12/2015	7.002	1.668	1.229	64	96	67	10.126
Saldos em 31/12/2016	-	-	-	-	-	-	-

(i) Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

Em 04 de Julho de 2016, a Companhia assinou um contrato de venda de sua carteira de clientes e ativos relacionados a prestação de serviços a tais clientes. Em função desta operação, foi realizado teste de redução ao valor recuperável dos intangíveis, a saber: carteira de clientes, marcas, direitos e patentes, pacto de não competitividade e fundo de comércio. O resultado deste teste demonstrou a inviabilidade de recuperação econômica de tais ativos por meio da operação. Dessa forma, foi registrado no resultado perda no montante R\$9.363 (sendo R\$15.154 de custo e R\$5.791 de amortização acumulada).

11 Provisões

	Contingências			Outras provisões	Total
	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas		
Saldos em 31/12/2014	986	343	3.154	(7)	4.476
Circulante	-	-	-	-	-
Não circulante	986	343	3.154	(7)	4.476
Adições	2.103	845	2.417	-	4.365
Reversões	(2.781)	(422)	(696)	1	(3.898)
Baixas	-	(216)	(1.801)	-	(2.017)
Saldos em 31/12/2015	308	550	2.074	(6)	2.926
Circulante	-	-	-	-	-
Não circulante	308	550	2.074	(6)	2.926
Adições	1.272	2.165	3.780	8	7.225
Reversões	(511)	(1.604)	(324)	-	(2.439)
Baixas	(798)	(521)	(2.787)	-	(4.106)
Liquido depósitos judiciais	(271)	(2)	(524)	-	(797)
Saldos em 31/12/2016	-	588	2.219	2	2.809
Circulante	-	-	-	-	-
Não circulante	-	588	2.219	2	2.809

a. Provisão para contingências

As provisões relacionadas a processos judiciais são destinadas a cobrir eventuais perdas em questões trabalhistas, cíveis e fiscais, que estão em andamento, nas diversas esferas administrativas e jurídicas. A Companhia provisiona a todas as causas com probabilidades de perdas consideradas possíveis, baseadas na opinião de seus assessores legais.

12 Obrigações por compra de participações

As obrigações por compra de participações são decorrentes das aquisições das empresas Nordeste Segurança Eletrônica Ltda. e Digipro Processamento de Documentos e Valores Ltda. O montante devido pela aquisição das empresas é atualizado pela taxa equivalente a variação de 100% do CDI, sendo amortizado anualmente na proporção de 20% a cada período de 12 meses da assinatura do contrato. Não existem contraprestações contingentes nesta operação.

Em março de 2016, houve pagamento da penúltima parcela da dívida da Nordeste no montante de R\$2.770, incluindo juros e principal, e transferência da última parcela do longo para o curto prazo.

	2016	2015
Nordeste Segurança Eletrônica Ltda.	<u>3.086</u>	<u>5.414</u>
Total	<u><u>3.086</u></u>	<u><u>5.414</u></u>
Circulante	3.086	2.707
Não Circulante	-	2.707

As parcelas de longo prazo possuem os seguintes vencimentos:

	2016	2015
2017	<u>-</u>	<u>2.707</u>
	<u><u>-</u></u>	<u><u>2.707</u></u>

13 Capital social e reservas

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social subscrito e integralizado era:

Acionistas	<u>Quantidade de ações</u>		Valor
	Ordinárias	Total	(R\$)
Prosegur Global Alarmas SLU	97	97	349
Prosegur International Alarmas SLU	<u>134</u>	<u>134</u>	<u>481</u>
	<u><u>231</u></u>	<u><u>231</u></u>	<u><u>830</u></u>

b. Reserva de capital

As reservas de capital são constituídas de valores recebidos pela Companhia e que não transitaram pelo resultado como receitas, por se referirem a valores destinados a reforço do seu capital, sem terem como contrapartidas qualquer entrega de bens ou de prestação de serviços. Constam como tais reservas o ágio na emissão de ações, que se refere a transações de capital com os sócios.

c. Outros resultados abrangentes

Conforme política contábil mencionada nas notas explicativas 3(h), a Companhia não possui plano de benefícios previdenciários e apenas concede plano de assistência médica decorrente da Lei nº 9.656 de 03/06/1998.

14 Instrumentos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito; risco de liquidez; risco de mercado e risco operacional.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital da Companhia.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração no Brasil juntamente com a Administração da matriz na Espanha tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. Seus Diretores são responsáveis pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas relacionadas ao assunto.

As políticas e diretrizes de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela mesma, para definir limites, controles de riscos apropriados e seu monitoramento e aderência aos limites. Tais políticas e sistemas de gerenciamento são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades.

Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

- Contas a receber de clientes, contas a receber por venda de carteira e outros créditos

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A Administração também considera a demografia, negócio e país de operação de seus clientes, uma vez que estes fatores podem influenciar o risco, especialmente nas circunstâncias econômicas deteriorantes atuais.

A Empresa estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável com relação às contas a receber de clientes e outros créditos e investimentos. Os principais componentes desta provisão são: um componente específico de perda relacionado a riscos significativos individuais e um componente de perda coletiva estabelecido para grupos de ativos similares com relação a perdas incorridas, porém ainda não identificadas. A provisão de perda coletiva é determinada com base em histórico de estatísticas de pagamento para ativos financeiros semelhantes. As transações vencidas há mais de 180 dias são analisadas pelo departamento Financeiro, a fim de identificar perdas.

- Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia possui créditos desta natureza, no montante de R\$76 em 2016 (2015: R\$658). O 'Caixa e equivalentes de caixa' são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem basicamente rating A-1, baseado na agência de rating *Standard & Poor's*.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é relacionado ao descasamento da estrutura de ativos e passivos com relação aos fluxos efetivos de pagamento destes, o qual é analisado periodicamente pela Administração da Companhia.

A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	2016	2015
Passivo financeiro não derivativo		
Fornecedores	275	1.658
Obrigações por compra de participações	3.086	5.414
Débitos com partes relacionadas	6.484	29.003
Total	9.845	36.075

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Veja abaixo o cronograma de vencimento do passivo financeiro da Companhia:

31 de dezembro de 2016	Valor Contábil	12 meses ou menos	1 - 2 Anos	Acima 2 anos
Passivos financeiros não derivativos				
Fornecedores	275	275	-	-
Obrigações por compra de participações	3.086	3.086	-	-
Débitos com partes relacionadas	6.484	-	-	6.484
Total	9.845	3.361	-	6.484
31 de dezembro de 2015	Valor Contábil	12 meses ou menos	1 - 2 Anos	Acima 2 anos
Passivos financeiros não derivativos				
Fornecedores	1.658	1.658	-	-
Obrigações por compra de participações	5.414	2.707	2.707	-
Débitos com Partes relacionadas	29.003	-	-	29.003
Total	36.075	4.365	2.707	29.003

Risco de mercado

O risco de mercado está associado a perdas potenciais advindas de variações em preços de ativos e passivos financeiros, taxas de juros, moedas e índices. A avaliação e controle deste risco são realizados periodicamente.

Risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros com taxa variável era:

	2016	2015
Passivos financeiros (Obrigações por compra de participações)	3.086	5.414

Risco cambial

Os riscos com moeda estrangeira estão associados às transações com a controladora Prosegur Cia. de Seguridad S.A., sediada na Espanha, cujos valores a receber correspondem a R\$15 em 31 de dezembro de 2016, e R\$266 a pagar em 31 de dezembro de 2015, e que estão contratados em Euros.

Valor justo

O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	31/12/2016			31/12/2015		
	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	76	-	76	669	-	669
Contas a receber de clientes	191	-	191	1.295	-	1.295
Créditos com partes relacionadas	26	-	26	22.485	-	22.485
	293	-	293	24.449	-	24.449
	31/12/2016			31/12/2015		
	Outros passivos financeiros	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total	Outros passivos financeiros	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total
Passivos						
Fornecedores	275	-	275	1.658	-	1.658
Obrigações por compra de participações	3.086	-	3.086	5.414	-	5.414
Débitos com partes relacionadas	6.484	-	6.484	29.003	-	29.003
	9.845	-	9.845	36.075	-	36.075

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Gestão de capital

O objetivo da Administração é manter uma sólida base de capital para garantir a confiança da controladora, credores e manter o desenvolvimento futuro do negócio. Ela monitora as margens de lucro reais, em relação aos retornos esperados para cada uma das linhas de serviços.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de causas associadas a operação da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos desta natureza é atribuída à alta Administração. Seu objetivo é evitar ocorrência de fatos que causem prejuízos financeiros, danos à reputação da Empresa e buscar otimização dos custos. As principais ações para mitigar tais riscos são:

- Segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Estabelecimento de procedimentos para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;

- Avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Padrões éticos e comerciais;
- Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

Riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa e, Clientes	<u>267</u>	<u>1.964</u>
Total	<u>267</u>	<u>1.964</u>

Perdas por redução no valor recuperável

O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação aos empréstimos e recebíveis está apresentado na nota explicativa 6.

Com base nas taxas de inadimplência históricas, a Companhia acredita que nenhuma provisão para redução no valor recuperável é necessária com relação a contas a receber de clientes não vencidas ou vencidas até 180 dias.

15 Receita operacional

	2016	2015
Receita bruta	8.827	20.362
Menos:		
Impostos sobre vendas	(1.195)	(1.838)
Devoluções e abatimentos	<u>(232)</u>	<u>(2.262)</u>
Total de receita líquida	<u>7.400</u>	<u>16.262</u>

16 Custos e despesas operacionais

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. A seguir, o detalhamento do resultado por natureza.

Custos e despesas por função

	2016	2015
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	(6.009)	(13.796)
Despesas comerciais	(1.790)	(6.849)
Despesas gerais e administrativas	(8.411)	(21.615)
Total de custos e despesas operacionais	<u>(16.210)</u>	<u>(42.260)</u>

Custos e despesas por natureza

	2016	2015
Custo dos serviços prestados	(5.098)	(4.106)
Custo da mercadoria vendida	(878)	(1.040)
Custos e despesas com pessoal	(2.324)	(8.650)
Amortização e depreciação	(887)	(1.933)
Perda esperada em crédito de liquidação duvidosa	385	(2.105)
Serviços de terceiros contratados	(3.004)	(1.548)
Baixa impairment Intangível	-	(8.582)
Provisão obsolescência dos estoques	(520)	(8.271)
Outros custos e despesas operacionais	(3.884)	(6.025)
Total de custos e despesas operacionais	<u>(16.210)</u>	<u>(42.260)</u>

A baixa do impairment do intangível, está classificada na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais”.

17 Outras receitas (despesas) operacionais

	2016	2015
Resultado na venda de carteira	6.583	-
Resultado na baixa por venda de ativos	(928)	-
Outros	(361)	(2)
Total de custos e despesas operacionais	<u>5.294</u>	<u>(2)</u>

18 Receitas e despesas financeiras

	2016	2015
Juros sobre aplicações financeiras	2	221
Atualização de impostos e créditos	118	391
Variação cambial ativa	159	600
Juros recebidos de clientes	316	241
Outras receitas financeiras	-	32
Receitas financeiras	<u>595</u>	<u>1.485</u>
Despesas de juros	(892)	(1.193)
Atualização monetária	(430)	-
Variação cambial passiva	(204)	(943)
Outras despesas financeiras	(193)	(23)
Despesas financeiras	<u>(1.719)</u>	<u>(2.159)</u>
Despesas financeiras líquidas	<u>(1.124)</u>	<u>(674)</u>

19 Imposto diferido

Impostos diferidos ativos e passivos foram atribuídos da seguinte forma:

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Prejuízo fiscal	-	12.524	-	-	-	12.524
Diferenças temporárias	-	3.618	-	-	-	3.618
Alocação de intangíveis	-	1.827	-	(2.431)	-	(604)
Impostos ativos (passivos)	-	17.969	-	(2.431)	-	15.538

Em 04 de Julho de 2016, a Companhia assinou um contrato de venda de sua carteira de clientes e ativos relacionados a prestação de serviços a tais clientes. Em função desta operação e consequente baixa dos intangíveis, o imposto de renda e contribuição social diferidos de longo prazo foram avaliados quanto a sua expectativa de de realização. Esta avaliação demonstrou a inviabilidade de recuperação econômica destes ativos fiscais e por este motivo, foi contabilizada no resultado perda no montante R\$27.332.

Movimentação dos impostos diferidos no resultado da Companhia

	2016	2015
Prejuízo Fiscal	(12.524)	5.412
Diferenças temporárias	(3.618)	3.547
Alocação de intangíveis	604	(520)
Outros	(43)	(24)
Impostos ativos (resultado)	(15.581)	8.415

20 Partes relacionadas

Controladora

As controladoras da Companhia são Prosegur Global Alarmas SLU e Prosegur International Alarmas SLU sediadas na Espanha.

Remuneração de pessoal-chave da administração

O montante dos gastos incorridos com honorários e encargos sociais dos administradores em 2016 foi de R\$726 (R\$702 em 2015).

Mapa transações com partes relacionadas

	2016			2015		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Coligadas						
Prosegur Companhia Seguridad S.A.	15	-	922	-	(266)	-
Prosegur Brasil S.A.	7	(115)	153	-	(27.587)	-
TSR Participações Societárias S.A.	-	-	-	22.471	-	696
Prosegur Tecnologia Sist de Seg Ltda.	4	(1.440)	-	14	(1.412)	-
Prosegur Sistemas de Seg. Ltda.	-	(4.929)	9	-	(55)	-
Outras	-	-	-	-	(2)	-
Total	26	(6.484)	1.084	22.485	(29.322)	696
Sumário por Natureza						
Clientes	26	-	-	2	-	-
Fornecedores	-	-	-	-	(319)	-
Débito com partes relacionadas	-	(6.484)	-	-	(29.003)	-
Crédito com partes relacionadas	-	-	-	22.485	-	-
Custo/ despesas contratações empresas do grupo	-	-	1.099	-	-	696
Receita de vendas	-	-	(15)	-	-	-
Total	26	(6.484)	1.084	22.487	(29.322)	696

As transações com partes relacionadas se referem substancialmente as contas correntes entre empresas do grupo e contratos de mútuos que se encontram registrados no passivo não circulante, por motivo de não haver expectativa de liquidação nos próximos 12 meses. Os contratos de mútuo são corrigidos pela TJLP.

Durante o exercício de 2016, a Companhia efetuou a liquidação parcial dos saldos ativos e passivos entre empresas do Grupo.

* * *

Diretoria Administrativa

Denilson Colodetti Pinheiro

Diretor Financeiro

Miguel Torres Tavera

Responsável técnico

Graziella Figueiredo Ferreira
Gerente Corporativa Contábil
CRC-MG 080210/O-8